**UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO**

**RESUMO DO TEXTO *A formação do professor na modalidade a distância: (des)construindo metanarrativas e metáforas***

Seropédica, RJ  
2021

Em seu texto, Preti (2001) discorre acerca da influência de modelos de produção sobre a abordagem pedagógica adotada em diferentes épocas. Há, por exemplo, duas pedagogias que o autor destaca para dois distintos momentos produtivos, o Fordismo e o Toyotismo. A primeira é voltada às massas e, por conseguinte, altamente padronizada, mais rígida, e objetivava formar mão-de-obra em grande escala. A segunda, porém, foca no fomento do senso crítico, e entende o processo de formação como algo contínuo, vitalício, e, assim, é mais flexível.

Na educação, o professor é uma figura fundamental. Devido a isso, o autor (PRETI, *op. cit.*) ressalta iniciativas governamentais para incentivar a formação desses profissionais: novos programas e diretrizes, reformulação de cursos pedagógicos. Ele menciona, ainda, as tentativas, também por parte do governo, de introduzir novas tecnologias ao ensino, e de melhor administrar as escolas, bem como as abordagens utilizadas para tal fim. Essas iniciativas oriundas do poder, todavia, recebem intensas críticas de profissionais da área.

Preti (*op. cit.*) é um destes, e culpa as investidas pedagógicas do governo às novas “metáforas do shopping, do supermercado ou do restaurante, com menus a gosto do freguês [...] quem tiver interesse que vá atrás” (p. 29.), as quais tomam o lugar das antigas figuras de linguagem que comparavam o ensino às fábricas, figuras essas comuns no modelo tradicional, e fordista, de educação. Segundo o autor (PRETI, *op. cit.*), a abordagem governamental promove mudanças superficiais, e instrumentaliza a educação.

Há uma priorização de produtos em vez de processos. E, conforme Preti (*op. cit.*) relata, muitos profissionais veem, no interesse governamental na requalificação, uma retomado ao discurso neoliberal meritocrático e competitivo. Isto perpassa por diversas ironias: exige-se mais polivalência de profissionais humanos, mais sociabilidade, produtividade, estabilidade emocional; mas humanos são cada vez mais substituíveis por máquinas. Ressalta-se, ainda, que a preocupação dos governantes é majoritariamente quantitativa, e não qualitativa.

A principal crítica é a de que esse tipo de ensino desejado pelo governo trata o conhecimento de forma utilitarista, mercantil. Pior: desejam um gerenciamento efetivo das escolas, mas seguem tratando-a como uma instituição defasada, desassociada do contexto social, trabalhista e comunitário ao qual está, na prática, inserida. E a formação e qualificação dos professores deveria, justamente, pensar neste aspecto local da educação.

Há, contudo, características comuns compartilhadas tanto pelos objetivos do governo quanto pelos objetivos de seus críticos, Preti (*op. cit.*) aponta. É notório, por exemplo, que há a necessidade de que professores sejam formados no ensino superior. Ambos concordam, também, que é preciso preparar este professor para ir além do seu papel tradicional de centralizador de conhecimento. Por fim, é consenso ser imprescindível melhores instalações escolares, bem como o desenvolvimento de um plano de carreira digno aos docentes.

Os conflitos entre governos e críticos causam o surgimento de novas abordagens e questões. Exemplos incluem: o pensamento de que a escola é referência teórica e prática; a importância da autoformação e pesquisa científica; a aplicação dos conhecimentos ao contexto dos estudantes, tornando o ensino mais eficaz. Ou seja, é fundamental, ao processo educacional, a inserção de aspectos culturais, sociais e subjetivos dos entes envolvidos em tal processo.

No Brasil, a educação a distância surge na época em que predominava o Fordismo, antes das discussões aqui trazidas. No entanto, ainda à época do texto de Preti (*op. cit.*), seguia parecendo uma resposta emergencial à falta de qualificação do país. Com isso, não obtinha, com sua implementação, todo sucesso que poderia. Certamente, a falta de atendimento adequado aos alunos, os materiais didáticos desatualizados, e a instabilidade — programas duravam o tempo dos governos que os criara — contribuem, até hoje, para seu insucesso.

Há, como Preti (*op. cit.*) aponta, uma discrepância entre teoria e prática na educação a distância. A segunda manteve-se Fordista, apesar de todos os avanços teóricos realizados no campo pedagógico: a proposta de criação, por exemplo, de um desenho pedagógico flexível, multimídia, interativo. Assim, quando a Universidade Federal do Mato Grosso decidiu apostar em um modelo de ensino a distância, esta analisou os insucessos de outras instituições semelhantes, conforme relata Preti (*op. cit.*) em seu estudo de caso.

Com base nessas análises, a universidade optou por evitar burocratizações, e adotou um modelo colaborativo, tanto em suas questões pedagógicas quanto administrativas. Outra característica marcante de sua abordagem foi a de instaurar não apenas polos cuja infraestrutura os alunos poderiam usufruir, mas, também, centros de integração entre docentes e discentes, para que estes possam ultrapassar seus fins administrativos, tornando-se espaços de prática pedagógica multimídia, interativa, de um conhecimento que se constrói colaborativamente.

Muitas são as razões do sucesso de sua fórmula: o fato de que seu sistema é organizacionalmente fechado, embora, simultaneamente, seja aberto em sua estrutura, explorando todo devir das abordagens pedagógicas; o investimento na autonomia do estudante, ensinando-os a desenvolvê-la de forma planejada e controlada, com acompanhamento; a elaboração do material didático, preparado de forma a possibilitar que o estudante estabeleça, a partir de sua realidade de atuação, as ligações entre teoria e prática.

Resumidamente, são estas as razões pelas quais a UFMT colheu bons frutos com a empreitada de seu Núcleo de Educação Aberta a Distância. Por parte da universidade, houve um genuíno interesse por desconstruir tudo aquilo que, na prática, impedia o potencial do modelo de ensino à distância de tornar-se realização. Afinal, este modelo não pode simplesmente ser imposto a partir de ordens superiores, do governo, a fim de cumprir quotas. Não: a educação a distância deve se construir a nível comunitário, além dos muros da escola, por certo, mas ainda inserido na dinâmica, sociedade e cultura locais.

**REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS**

PRETI, Oreste. A formação do professor na modalidade a distância: (des)construindo metanarrativas e metáforas. **Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos**, Brasília, v. 82, n. 200/201/202, p. 26-39, jan./dez. 2001.